

Os sindicatos defendem os interesses dos imigrantes, protegem os seus direitos e combatem toda a discriminação entre trabalhadores.

Os Sindicatos, de todos os trabalhadores, defendem aqueles que estão mais vulneráveis e se encontram mais desprotegidos — na generalidade, este é o caso dos imigrantes.

A acção dos Sindicatos, realiza-se, entre outras, nas seguintes áreas de intervenção:

- Negociação colectiva com as Associações Patronais, para estabelecer condições laborais e salariais no sector de actividade;
- Negociação com as Empresas sobre condições específicas de contratação, de carreiras, de salários e de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;
- Intervenção específica, em caso de eventuais despedimentos dos trabalhadores, face às empresas, se for colectivo, ou em Tribunal de Trabalho, se for individual;
- Relações e negociações com o Governo, quer num quadro bilateral quer no do Conselho Permanente de Concertação Social, sobre políticas públicas acerca de condições laborais e sociais e políticas de desenvolvimento e outras de âmbito e interesse nacional.

Os Sindicatos apoiam os trabalhadores e actuam ainda em situações específicas de:

- Acidentes de trabalho e de doenças profissionais;
- Em casos de discriminação e assédio no local de trabalho;
- Em situações de discriminação racial;
- Na adaptação do posto de trabalho às capacidades físicas do trabalhador;
- Na representação judicial em defesa dos direitos dos trabalhadores, com a possibilidade de isenção de custas judiciais, através do recurso aos Serviços Jurídicos dos sindicatos;
- Acesso a serviços em áreas como a saúde, a segurança e a formação profissional.

Estar sindicalizado/a é, primeiro que tudo, pertencer a uma organização de trabalhadores para trabalhadores, que tem como objectivo a defesa dos seus interesses e a protecção dos seus direitos, respeitando os princípios da Constituição da República, em especial, os da Liberdade, da Igualdade, da Solidariedade e da Justiça Social para todos.

Os Sindicatos defendem todos as trabalhadoras e trabalhadores em Portugal, independentemente de terem contrato de trabalho efectivos ou a prazo ou de terem uma situação laboral precária, sejam portugueses ou sejam imigrantes.

No caso especial de trabalhadoras e trabalhadores imigrantes sem documentos ou em situação irregular, os Sindicatos apoiam-nos:

- Combatendo situações em que empregadores sem escrúpulos os queiram explorar através de salários mais baixos do que os legais ou de horários de trabalho superiores ao máximo permitido por lei ou normas laborais;
- Certificando a existência da relação de trabalho da/o imigrante para efeitos, por exemplo, da sua regularização em Portugal.

A Concertação Social em Portugal tem, como representantes dos trabalhadores, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses Intersindical (CGTP-IN) e União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Os sindicatos defendem todos os trabalhadores, independentemente do seu estatuto administrativo em Portugal, por isso, todos sem excepção se podem sindicalizar. É um direito dos trabalhadores.

